

MAPEAMENTO DO INDICATIVO DA PRESENÇA CIGANA EM GOIÁS E NO DISTRITO FEDERAL DE 2023 A 2025

Mapping the indicative of the gypsy presence in Goiás and the Distrito Federal from 2023 to 2025

Gleyber Eustáquio Calaça Silva

Doutor em Geografia pela PUC Minas, Brasil.

gleyber3001@gmail.com

Phillipe Cupertino Salloum e Silva

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Jataí, Brasil.

phillipe.silva@ufj.edu.br

Ana Claudia Souza Pereira

Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal de Jataí, Brasil.

ana_claudia_souza@ufj.edu.br

Divino Borges da Silva

Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Jataí, Brasil.

divinocigano10@hotmail.com

Daiane Rocha Biam

Bacharela em Direito pela Faculdade UniBRAS e membra da Associação Nacional das Etnias Ciganas, Brasil.

daianebiam186@gmail.com

Recebido: 30/06/2025

Aceito: 17/10/2025

Resumo

Este artigo discorre sobre a contribuição do estudo intitulado “Mapeamento e Registros de Famílias Ciganas das Etnias Calon, Rom e Sinti, de Territórios e Rotas dos Povos Ciganos e das Políticas Públicas Acessadas por esse Público no Brasil”, objeto do termo de execução descentralizada entre universidades federais e o Ministério da Igualdade Racial (TED 05/2023). Buscou-se a compreensão da presença deste segmento étnico-racial em Goiás e no Distrito Federal, averiguando aspectos de atendimento socioassistencial, habitação, composição étnica e acesso a equipamentos públicos para formular o indicativo de presença deste grupo na escala municipal. Usou-se de trabalhos de campo e busca de dados secundários quali-quantitativos para subsidiar o registro cartográfico. Constatou-se que todas as regiões intermediárias da área de estudo contam com famílias ciganas, vistas em maior número nos municípios de Itumbiara, Caldas Novas e Trindade. A pesquisa se apresenta como pioneira na compatibilização de fontes diversas, reconhecendo a evidente carência de iniciativas governamentais integradas e intersetoriais voltadas ao reconhecimento dos povos ciganos como sujeitos de direitos e destinatários de políticas públicas inclusivas. Observa-se, ainda, que o marcador social étnico-racial atravessa a vida cotidiana e as relações com os espaços públicos, resultando não apenas em restrições ao acesso a bens materiais e imateriais essenciais à vida em sociedade, mas também na produção de territórios racializados.

Palavras-chave: Etnia, Ciganos, Cartografia, Goiás, Distrito Federal.

Abstract

This article discusses the contribution of the study entitled "Mapping and Registration of Gypsy Families of the Calom, Rom, and Sinti Ethnicities, of Territories and Routes of Gypsy Peoples, and of Public Policies Accessed by this Public in Brazil", which is the subject of a decentralized execution agreement between federal universities and the Ministry of Racial Equality (TED 05/2023). The study sought to understand the presence of this ethnic-racial segment in Goiás and the Federal District, investigating aspects of social assistance services, housing, ethnic composition, and access to public facilities to formulate an indication of this group's presence at the municipal level. We used fieldwork and qualitative and quantitative secondary data to support the cartographic record. It was found that all regions of the study area have Gypsy families, most prominently in the municipalities of Itumbiara, Caldas Novas and Trindade. This research presents itself as a pioneer in reconciling diverse sources, recognizing the evident lack of integrated and intersectoral government initiatives aimed at recognizing Roma people as subjects of rights and recipients of inclusive public policies. It also notes that the ethnic-racial social marker permeates daily life and relationships with public spaces, resulting not only in restrictions on access to material and immaterial goods essential to life in society, but also in the creation of racialized territories.

Keywords: Ethnicity, Gypsies, Cartography, Goiás, Federal District.

1. INTRODUÇÃO

Os povos ciganos no Brasil, também reconhecidos em outros contextos e localidades como Romani — entre outras possíveis denominações —, compõem um conjunto diverso de grupos com identidades, línguas e tradições próprias¹. Há uma certa ambivalência em adotar um termo genérico para designar essa multiplicidade, dada a ampla gama de diferenças existentes entre os distintos grupos étnicos ciganos ao redor do mundo. Ainda assim, o uso do termo “cigano” acaba por mobilizar uma série de sentidos e agenciamentos que produzem implicações complexas, tanto políticas quanto simbólicas.

Nesse sentido, os chamados ciganos — hoje reconhecidos institucionalmente nos tratados internacionais e na legislação brasileira como um grupo étnico — possuem narrativas e histórias que remontam a uma existência milenar, com origem geográfica indefinida, embora haja uma tendência em reconhecê-los como originários da Índia (Marques, 2019).

¹ É possível compreender os “ciganos” como “grupos específicos e distintos do ponto de vista cultural, grupos que se pensam e são pensados como diferentes” (Goldfarb, 2013, p. 22). Ou como “cada indivíduo que se considera membro de um grupo étnico que se autoidentifica como Rom, Sinti ou Calom, ou um de seus inúmeros subgrupos, e é por ele reconhecido como membro” (Moonen, 2011, p. 21).

Presentes no Brasil desde o início do período colonial², no século XVI — em alguns casos, advindos de deportações promovidas por Portugal (Teixeira, 2008) —, encontram-se atualmente distribuídos por praticamente todo o território nacional.

Apresentam identificação étnica heterogênea e inserem-se em diferentes contextos socioeconômicos, o que impossibilita generalizações que reduzam suas práticas culturais a elementos comuns. Ainda assim, os povos ciganos resistem à colonialidade do poder e às violências seculares reconfiguradas, preservando saberes tradicionais e práticas comunitárias bilíngues. Em muitas realidades, organizam-se em torno de famílias extensas e são atravessados pelo marcador social da raça, que impacta suas relações com o trabalho, a educação, a saúde e outros aspectos da vida em sociedade.

Os deslocamentos espaciais, que coexistem com certa estabilidade territorial, são produto de um mundo que racializa as relações sociais, colocando o comércio e a itinerância — sazonal ou permanente — como elementos centrais para muitas economias familiares ciganas, ainda hoje bastante presentes (Silva e Pereira, 2025). Assim, recorrer a estereótipos e a traços culturais essencializados — como associar automaticamente o nomadismo³ ou o uso de tendas à totalidade dos povos ciganos —, sem considerar a forma como as diferenças culturais e o marcador étnico-racial atravessam essas dinâmicas, não contribui para a compreensão da complexa realidade cigana no Brasil.

Entre os grupos de maior prevalência no país, destacam-se as seguintes caracterizações e procedências:

O grupo rom (...), dividido em vários subgrupos (natsia, literalmente, nação ou povo), com denominações próprias, como os kalderash, matchuara, lovara e tchurara. Teve sua história profundamente vinculada à Europa Central e aos Bálcãs, de onde migraram a partir do século XIX para a Europa Ocidental e para as Américas. (...) Os sinti, também chamados manouch, falam a língua sintó e são numericamente expressivos na Alemanha, Itália e França. No Brasil, nunca foi feita uma pesquisa apurada sobre sua presença. (...) Os calon, cuja língua é o caló, são ciganos que se diferenciaram culturalmente após um prolongado contato com os povos ibéricos. Da Península Ibérica, onde ainda são numerosos, migraram para outros países europeus e da América. Foi de Portugal que vieram para o Brasil, onde são aparentemente o grupo mais numeroso. Embora os calon tenham sido pouco

² O fluxo de imigrantes europeus, a partir de 1870 e principalmente após a abolição da escravidão, em 1888, atraíram “milhares de ciganos Rom não-ibéricos, que quase nada tinham e nem hoje têm em comum com os ciganos Calon ibéricos e brasileiros, a não ser talvez a errônea denominação genérica de ciganos” (Teixeira, 2008, p. 48).

³ Martin Fotta (2012) argumenta que a dicotomia entre “nomadismo” e “sedentarismo” simplifica as relações entre “passado” e “presente”, reduzindo o primeiro a um ponto de comparação idealizado e indiferenciado. Essa oposição, segundo o autor, fundamenta-se em observações descontínuas e superficiais de manifestações externas da espacialidade — como viver em uma caravana ou em uma casa —, tratando-as como formas absolutas e não-relacionais de estar no espaço. Sem desconsiderar o fato de que, no Brasil, os ciganos foram historicamente comerciantes itinerantes (*mascates*), artistas de rua e prestadores de serviços, Fotta sustenta haver evidências históricas suficientes para afirmar que o nomadismo e o sedentarismo sempre estiveram permeados por um elevado grau de porosidade, de modo que essa dicotomia já não se sustenta. (Fotta, 2012, p. 20).

estudados, acredita-se que não haja entre eles algo que se assemelhe à complexa subdivisão étnica dos rom (TEIXEIRA, 2019, p. 339-340).

O governo brasileiro reconhece a presença cigana no país e estima (portanto, especula) que existam entre 800 mil e um milhão de pessoas que se identificam como ciganas, com significativa concentração nos estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais (Ministério da Saúde, s/a). Entretanto, quanto ao quantitativo de pessoas e famílias ciganas, tais dados somente podem ser apresentados de forma arbitrária, uma vez que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde a sua criação, não realiza censos demográficos que contemplem essa população e não inclui em seus questionários marcadores que possibilitem sua identificação, diferentemente do procedimento adotado em relação aos povos indígenas e às comunidades quilombolas.

Existem poucos dispositivos legais-administrativos, em âmbito nacional, estadual e municipal, voltados à identificação de comunidades, famílias e pessoas ciganas. Além disso, o atendimento em equipamentos públicos frequentemente apresenta dificuldades, uma vez que nem sempre reconhecem esta etnia por meio da autodeclaração. Consequentemente, os esforços para obter informações sobre a realidade e a distribuição populacional dos ciganos no Brasil são pontuais⁴. Entre as iniciativas mais consistentes, destaca-se a publicação organizada por Vasconcelos, Ribeiro e Costa (2013), que tabula dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) de 2011. Entende-se, portanto, que a desagregação e a desatualização desses dados contribuem para o desconhecimento público e governamental sobre a existência e a localização desse grupo, limitando seu acesso a políticas públicas e ao efetivo exercício da cidadania. Esse cenário reflete-se nas pesquisas sobre os ciganos brasileiros, geralmente voltadas à avaliação de carências, seja no acesso à saúde (e.g.: Lopez *et al.*, 2025), à educação (e.g.: Nascimento, 2025), no campo dos direitos e das políticas públicas (e.g.: Silva e Figueira, 2022) ou ao reconhecimento de suas práticas culturais, ainda estigmatizadas (e.g.: Amaral Junior e Cordeiro, 2025).

Isto posto, considera-se que, de modo dualístico, temos uma nação marcada por:

uma grande diversidade racial e étnica e por elementos de preconceito e discriminação que afetam diferentes grupos populacionais, estabelecendo poderosos obstáculos a seu pleno acesso a bens, serviços e direitos. As

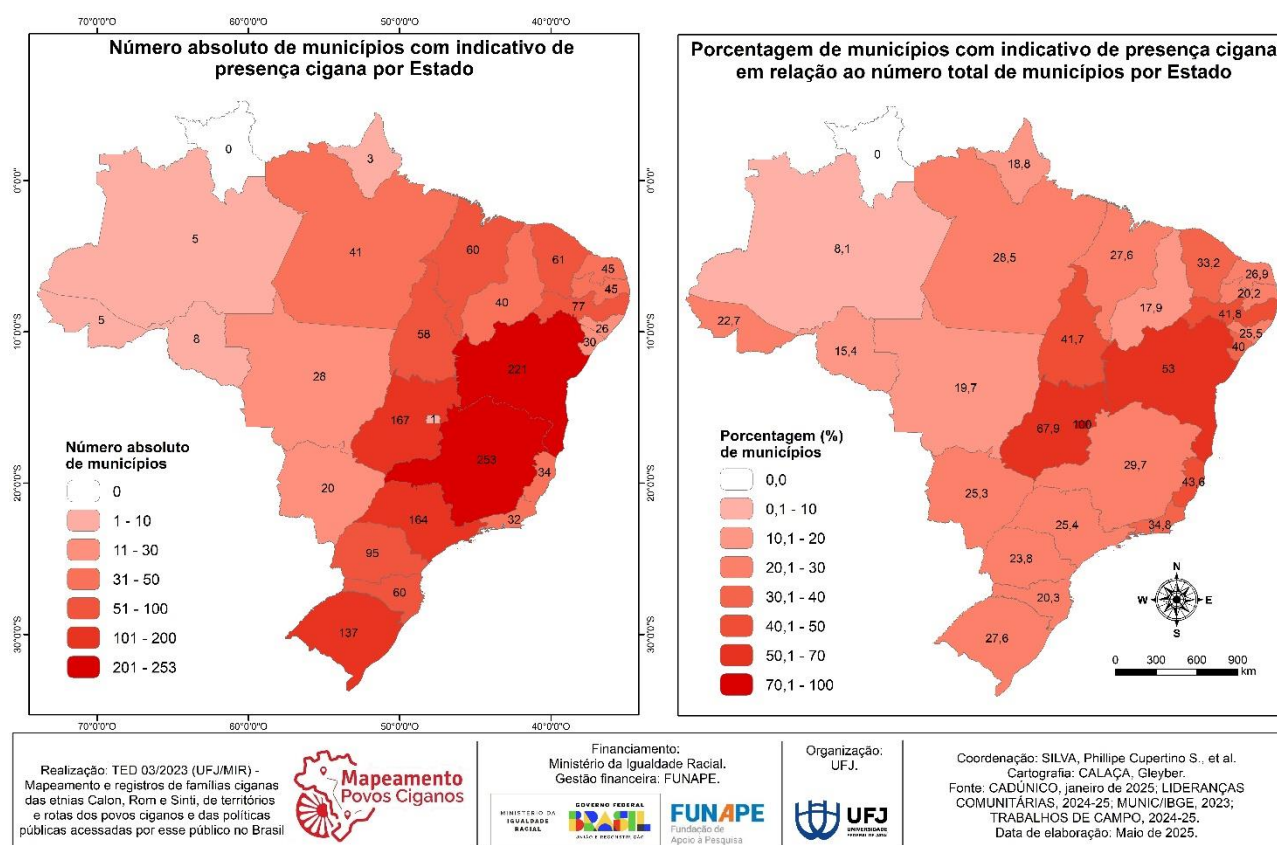
⁴ É possível destacar duas iniciativas estaduais voltadas à identificação e ao mapeamento de famílias ciganas, como a realizada no estado do Ceará, por meio de edital promovido pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e executado pela Associação de Preservação da Cultura Cigana do Estado do Ceará, entre os anos de 2021 e 2022 (Ceará, 2020). No mesmo sentido, o estado do Rio Grande do Norte publicou, em 2020, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHA), um levantamento sobre a presença cigana em seu território (Rio Grande do Norte, 2020).

informações sobre raça e etnia são, portanto, imprescindíveis para revelar as condições de vida dos diferentes grupos populacionais, e desempenham um papel central na geração de subsídios para uma melhor compreensão dos efeitos do racismo e para o aprimoramento das políticas públicas. A temática das categorias utilizadas nos levantamentos sobre raça e etnia é objeto de constantes debates no âmbito das instituições que integram o Sistema Estatístico Nacional, na academia e nos movimentos sociais. O seu aprimoramento tem sido um objetivo de pesquisadores e pesquisadoras, gestores/as públicos/as e de pessoas e instituições comprometidas com o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial, e as discussões ocorridas têm gerado importantes avanços. Apesar disso, persistem importantes desafios. As categorias atualmente utilizadas para coletar dados sobre raça e etnia no Brasil mantêm na invisibilidade importantes grupos populacionais, a exemplo dos povos Romani (ciganos) (Vasconcelos; Ribeiro; Costa, 2013, p. 3).

Neste cenário que emergiu o trabalho “Mapeamento e Registros de Famílias Ciganas das Etnias Calon, Rom e Sinti, de Territórios e Rotas dos Povos Ciganos e das Políticas Públicas Acessadas por esse Público no Brasil”, coordenado por pesquisadores de diferentes áreas do saber, com cunho interdisciplinar e participação de cinco universidades federais, uma de cada região do país, estabelecendo a Universidade Federal de Jataí (UFJ) como gestora geral e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) como pólos regionais, apoiadas por um Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado no âmbito do Ministério da Igualdade Racial (MIR). Nesta iniciativa, foram feitas consultas às secretarias municipais e estaduais sobre a existência de leis que contemplem a população cigana, trabalhos de campo para entender qualitativamente a realidade dos ciganos e buscas exaustivas às bases de dados oficiais disponíveis para livre consulta e que possuam correspondência municipal.

Portanto, este estudo revela-se como desdobramento direto do trabalho anteriormente anunciado e deriva-se mais incisivamente do seu último tópico metodológico descrito, no qual a reunião dos dados permitiu a confecção de mapas nacionais e estaduais. A culminância do projeto de pesquisa é revelada pelo mapa 1, que apresenta como os ciganos se distribuem nas unidades federativas, cada qual com sua especificidade quanto a existência e divulgação de informações cadastrais de ciganos, revelando de modo coroplético a quantidade de municípios por UF (em números absolutos e percentuais) que assinalaram possuir presença cigana. Tem-se Minas Gerais e a Bahia como os estados com maior número absoluto de municípios com presença cigana no país, sendo que somente em Roraima tal ocorrência não foi detectada. Por outro lado, a porcentagem de municípios por estado concentradores dos povos ciganos ressalta, em primeiro lugar, o Distrito Federal (100% - dada sua peculiaridade territorial) e em segundo lugar Goiás (67,9%).

Quantidade de municípios brasileiros com indicativo de presença cigana em números absolutos e porcentagem por Estado



Mapa 1 - Quantidade de municípios brasileiros com indicativo de presença cigana em números absolutos e porcentagem por Estado.

Fonte: Mapeamento Povos Ciganos, 2025.

Lançando-se como prosseguimento da pesquisa e publicização dos seus resultados e visando estabelecer critérios para a cartografia do indicativo de presença cigana em cada UF brasileira, este artigo buscou, de modo geral, verticalizar a análise da distribuição dos povos ciganos sobre os territórios de Goiás e do Distrito Federal. De modo específico pretendeu-se, nesta mesma abrangência espacial: a) expressar cartograficamente dados quantitativos e qualitativos sobre o acesso à equipamentos públicos, serviços e programas sociais que incluam os ciganos; b) mapear as etnias e suas respectivas tipologias de habitação; c) estabelecer um indicativo espacial da abrangência deste grupo étnico conforme sua abrangência por município.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Considerando a desagregação dos dados sobre presença cigana no Brasil, a escassez de informações nas esferas municipal, estadual e nacional e a ausência da autodeclaração cigana nos arquivos censitários do IBGE, foi necessário criar um banco de dados único, alimentado por múltiplas fontes, consubstanciado por abordagens diretas a

lideranças comunitárias em averiguações de campo e buscas a dados secundários. Os trabalhos de campo foram conduzidos por equipes regionais⁵, respondendo às diretrizes do projeto em âmbito nacional, realizando a aplicação de questionários e entrevistas. Foram visitadas comunidades residentes nos municípios que apresentaram a maior quantidade de ciganos conforme os dados do Cadastro Único, o que suscitou o contato direto com lideranças comunitárias locais que foram arguidas sobre o conhecimento de outras famílias, itinerantes ou não, que estivessem residindo em outros municípios do país.

O referido levantamento foi articulado aos dados provenientes da Associação Nacional das Etnias Ciganas (ANEC), entidade que atua na defesa dos direitos dos povos ciganos no Brasil. Tal integração possibilitou a incorporação, à análise, de percepções oriundas do próprio grupo investigado, bem como de outras lideranças e representações ciganas do estado de Goiás, mobilizadas por pesquisadores ciganos vinculados ao estudo⁶. As fontes secundárias referem-se à disponibilidade de acesso às informações de órgãos governamentais que assimilam a declaração étnica no cadastramento de civis contemplados por alguma política pública ou que fazem uso de algum equipamento do Estado. A listagem destas instituições e a caracterização dos dados angariados constam no quadro 1, todas verificadas na escala municipal e/ou distrital datadas do ano de 2023 a 2025.

Quadro 1 - Fontes secundárias alcançadas.

Fonte, ano	Tratamento dos dados no trabalho
Cadastro Único para Programas Sociais - CADÚNICO/Bolsa Família, 2025	Quantidade de famílias ciganas cadastradas no CadÚnico do Governo Federal e contempladas pelo PBF (Programa Bolsa Família).
Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC/IBGE, 2023	Levantamento binário, de presença ou não de acampamento ou rancho cigano no município e se o município presta ou não serviços socioassistenciais ou executa programas/ações para ciganos.
SDS-GO - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás, 2024	Quantidade de população cigana conforme a etnia e a tipologia de habitação (casas ou tendas).

⁵ A equipe foi formada de modo interdisciplinar, com seleção prioritária por edital público e adoção de política afirmativa: metade das vagas de pesquisa foi ocupada por pessoas ciganas, contempladas em todas as modalidades de bolsas previstas. No total, integraram o projeto quatorze pesquisadores Calon, seis Rom e uma pesquisadora Sinti.

⁶ A Universidade Federal de Jataí coordenou diretamente a coleta de dados do Mapeamento Povos Ciganos na região Centro-Oeste, com uma equipe de oito pesquisadores, dos quais cinco eram ciganos — quatro da etnia Calon e um da etnia Rom, subgrupo Kalderash. Entre eles, estavam dois assessores parlamentares, sendo um deles também estudante de mestrado em direito, e um suplente de vereador, o que ampliou significativamente o acesso a informações sobre a presença de famílias ciganas na região.

SEDUC-GO Secretaria de Estado da Educação de Goiás, 2024	Quantidade de alunos ciganos regularmente matriculados na educação básica da esfera pública.
SSP-GO - Secretaria de Segurança Pública de Goiás, 2024	Quantidade de população cigana em situação carcerária.
GERPOP - Gerência de Atenção às Populações Específicas, da SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, 2023-2024; e-SUS do Ministério da Saúde, 2024	Levantamento binário, de ocorrência ou não de atendimentos a autodeclarados ciganos em equipamentos públicos de saúde.
ANEC - Associação Nacional das Etnias Ciganas do Brasil, 2024	Levantamento binário, de presença ou não de habitantes ciganos por município.

Fonte: Organizado pelos autores.

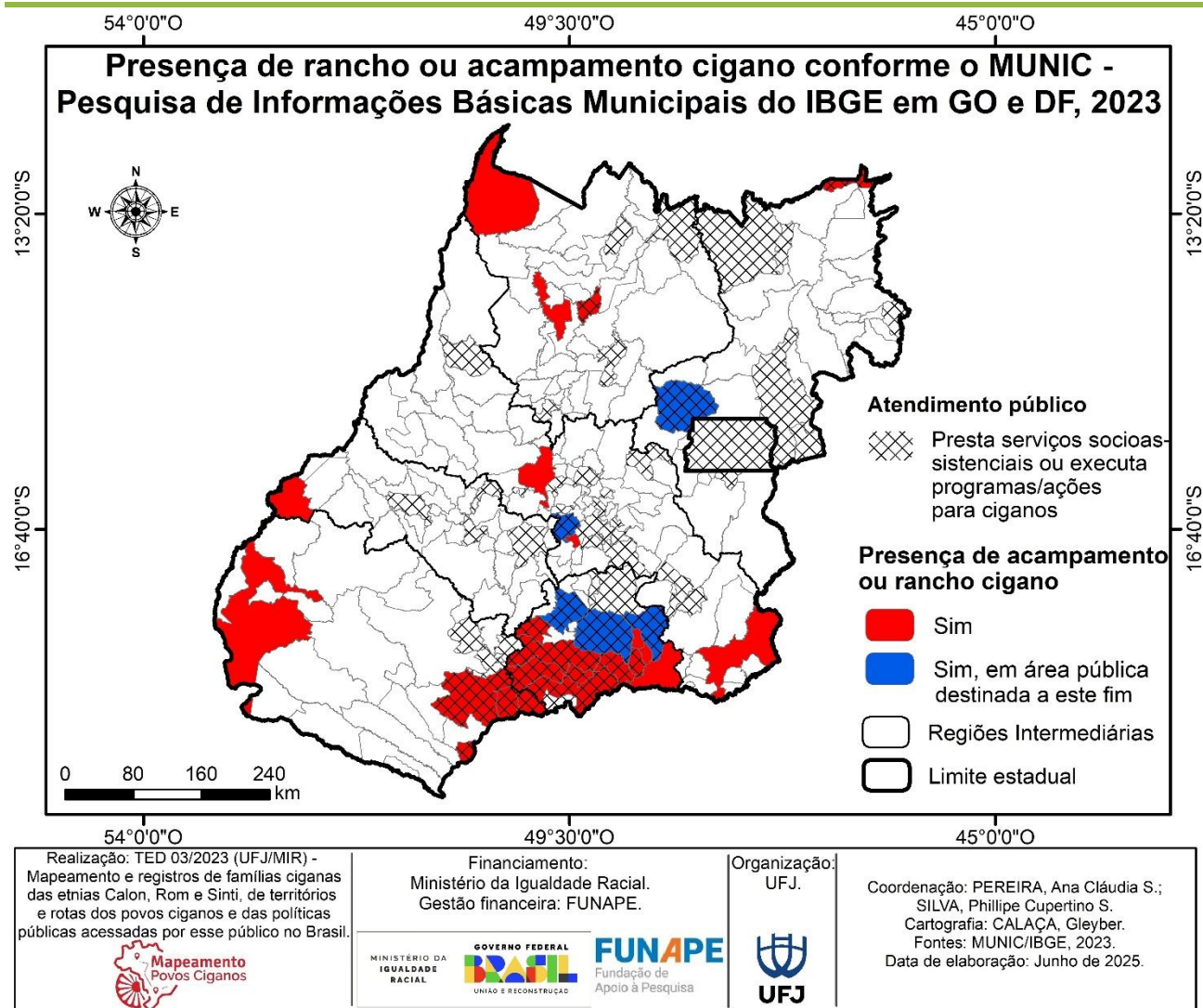
Organizados em planilhas Excel e transpostos para programas de geoprocessamento, a saber, o Q-gis3.36.0 e o Arcgis10.4.1, o processamento dos dados deram origem aos mapas da pesquisa. Do mapa 2 ao 5 tem-se os produtos do estudo de caso. O mapa 2 organiza os dados do MUNIC de forma coroplética e com hachuras para apresentar se os municípios da área de estudo possuem ciência da existência de acampamentos ciganos, se há áreas públicas para esse fim de ocupação e se a prefeitura provém políticas públicas e serviços direcionados aos ciganos. O mapa 3 quantifica por cores (com classes obtidas por quebras naturais) e figuras geométricas proporcionais as famílias vinculadas ao CadÚnico e beneficiárias do PBF, respectivamente. O mapa 4 também quantifica as famílias ciganas com uso de figuras geométricas proporcionais, mas classifica cada município de maneira coroplética pela diferenciação das tipologias de habitação, identificadas pela SDS.

No mapa 5 há uma coleção de mapas que reúne todas as variáveis para a elaboração do indicativo de presença cigana em Goiás e no Distrito Federal, que distingue de zero a nove cada território, em que cada unidade reflete a presença cigana em uma das fontes verificadas no quadro 1 e pelo trabalho de campo, com peso de um para um, sendo que, quanto mais próximo de nove no mapa síntese, maior a possibilidade de existirem famílias ciganas no município. Nos demais mapas da coleção cada variável é individualizada, destacando somente se há ou não a presença de habitantes ciganos, exceto nas informações de número de alunos e encarcerados, também expressos com emprego de figuras geométricas proporcionais para quantificação. Considerando que a maioria das fontes não seccionam os dados de acordo com cada região administrativa do Distrito Federal, a referida UF é analisada conforme uma unidade territorial única, equivalente a cada município de Goiás. A disposição de tais produtos cartográficos é empenhada no próximo tópico.

3. INDICATIVO DE PRESENÇA CIGANA EM GOIÁS E NO DISTRITO FEDERAL

A presença cigana em GO e DF é escrutinada neste subitem. O mapa 2 revela, a partir do MUNIC/IBGE, baseado nas suas seções de direitos humanos e serviços socioassistenciais, que a maior parte dos municípios não reconhece a existência de ciganos no território e/ou não possuem programas e ações direcionados a este público. Em 2023 a presença cigana foi confirmada somente por 28 municípios goianos e não foi assegurada em Brasília (ao contrário do observado em 2019). Apesar disto, o levantamento indicou existência de ranchos ou acampamentos ciganos em todas as regiões intermediárias de Goiás, com maior prevalência da Região de Itumbiara. Vê-se que, nas UFs com maior incidência de ciganos no Brasil (como visto no mapa 1), somente cinco municípios dispõem de área pública para assentamentos, os quais são Caldas Novas, Morrinhos, Padre Bernardo, Pontalina e Trindade.

O mapa sugere ainda que dez municípios reconhecem a existência cigana em seu perímetro, mas não prestam nenhum serviço socioassistencial e não executam programas ou ações para este grupo étnico, sendo eles: Abadia de Goiás, Baliza, Catalão, Corumbáiba, Itaberaí, Marzagão, Mineiros, Rio Quente, Santa Terezinha de Goiás e São Miguel do Araguaia. Infere-se que o caráter binário de respostas averiguadas no questionário pode favorecer omissões à notória permanência de ciganos no município, além de não prover dados qualitativos sobre esta coletividade. Isto, somado à itinerância de alguns acampamentos, pode explicar as nuances de presenças assinaladas a cada MUNIC, como demonstrado por Vasconcelos, Ribeiro e Costa (2013).



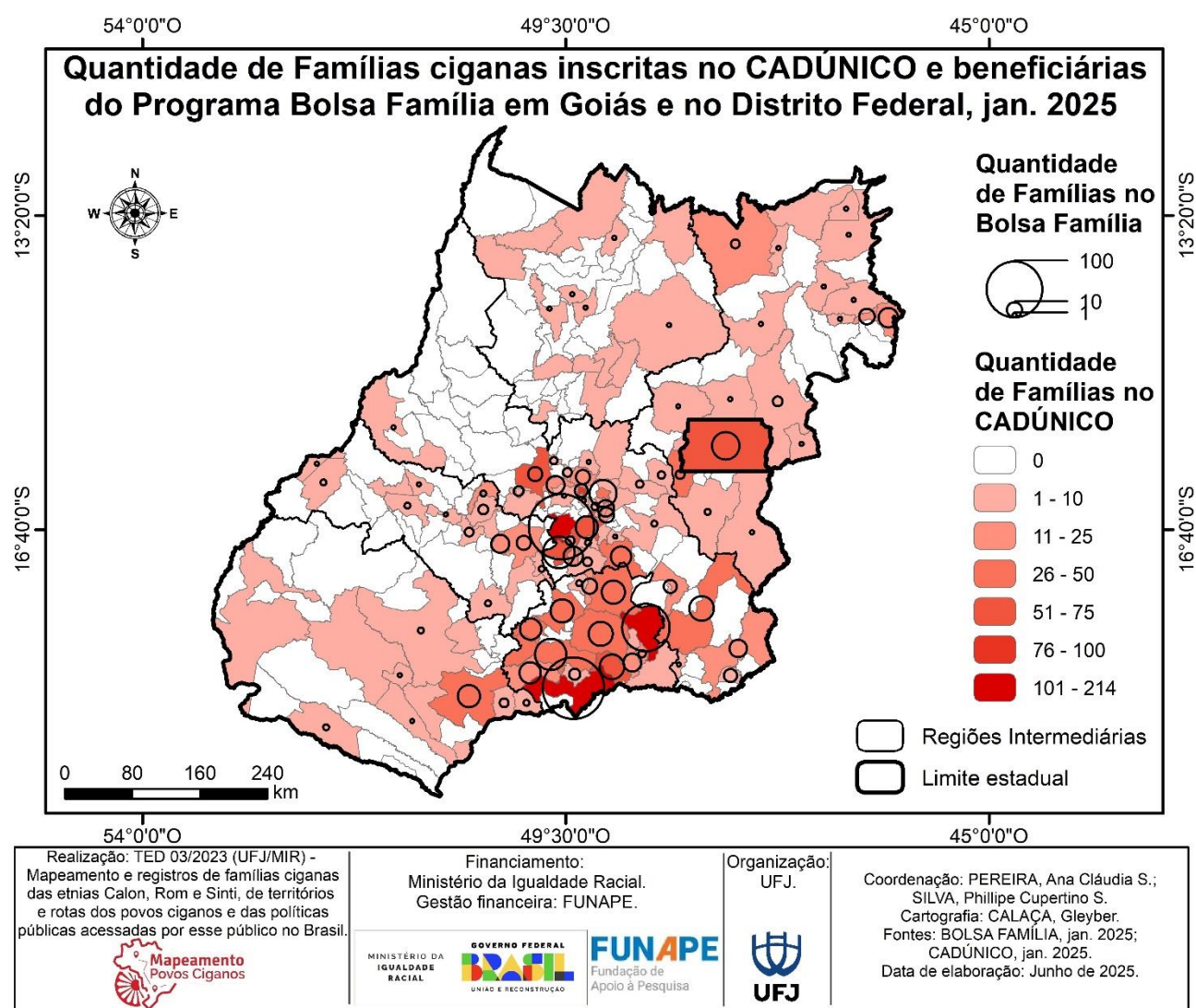
Mapa 2 - Presença de rancho ou acampamento cigano conforme o MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas do IBGE em GO e DF, 2023.

Fonte: Mapeamento Povos Ciganos, 2025.

No que concerne ao Cadastro Único e aos contemplados do Programa Bolsa Família, o mapa 3 apresenta a quantificação mais robusta que se tem dos ciganos, contabilizando 1756 famílias na área de estudo. As regiões intermediárias de Itumbiara, Goiânia e Distrito Federal são as que apresentam as maiores quantidades de famílias ciganas, com nítidas concentrações no eixo que se estende do centro em direção ao sudeste de Goiás. Evidentemente, há forte correspondência entre os volumes de cadastrados no CadÚnico e os beneficiários do PBF, sendo este último um dado duplamente verificado, já que o recebimento do complemento de renda é condicionado ao registro no CadÚnico.

Dos dez territórios com mais famílias tem-se Trindade com 214 famílias no CadÚnico e 132 no PBF, Itumbiara com 196 famílias no CadÚnico e 119 no PBF e Caldas Novas com 138 famílias no CadÚnico e 76 no PBF, sendo estes os dados mais discrepantes. Seguindo esta lógica de apresentação há Damolândia 78/8, Goiânia 67/20, Itaberaí 58/9, Guapó

55/38, Buriti Alegre 54/24, Brasília 51/29 e Goiatuba e Santo Antônio do Descoberto com 46 famílias no CadÚnico e 37 e 4 no PBF, respectivamente, sendo esta última a menor proporção de beneficiados pelo PBF em relação aos vinculados no CadÚnico. O mapa revela ainda a assimetria dos dados do Governo Federal com aqueles declarados pelas prefeituras no MUNIC, considerando que quase metade dos municípios (115) catalogaram ao menos uma família cigana, montante muito superior ao observado nas entrevistas municipais do IBGE, que são realizadas com os gestores públicos.



Mapa 3 - Quantidade de famílias ciganas inscritas no CadÚnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família em Goiás e no Distrito Federal, jan. 2025.

Fonte: Mapeamento Povos Ciganos, 2025.

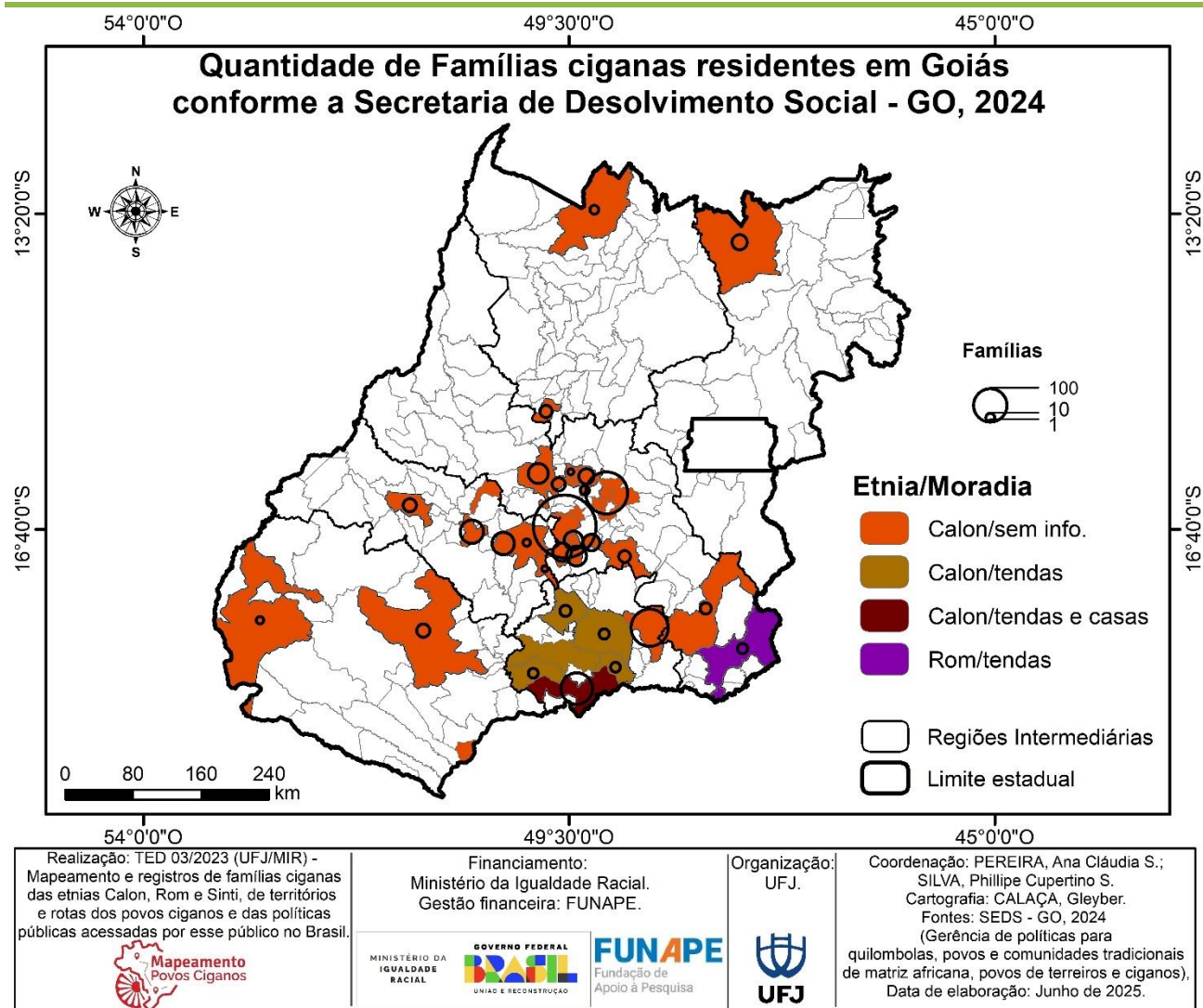
A quantificação de famílias também é expressa no mapa 4, somente com dados do Estado de Goiás, de acordo com a base fornecida pela Secretaria Social de Desenvolvimento. Nota-se que o município com maior valor está expresso por Trindade (300 famílias), seguido por Campo Limpo de Goiás (150), Caldas Novas (120) e Aurilândia

(53), sendo que todos os demais municípios possuem quantidades iguais ou inferiores à 50 famílias. Embora os dados da SDS-GO acusem menos municípios com presença cigana do que o CadÚnico, suas informações qualitativas permitem uma análise diferente das demais, mostrando as tipologias de moradia e de etnias ciganas preponderantes em cada município. A etnia que mais se faz presente no estado é a Calon, tendência de toda a região Centro-oeste, sendo os Rom uma possível exceção do município de Catalão, enquanto os Sinti não formulam maioria em nenhum município catalogado. Conjugando as etnias com as moradias, tem-se nitidamente quatro clusters: supostamente os ciganos identificados como Rom de Catalão residem em sua maioria em tendas; em Itumbiara, os Calon se distribuem tanto em tendas quanto em casas, considerando a vasta influência cigana no município, levando muitas famílias a fixarem-se permanentemente; em Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Goiatuba, Morrinhos e Pontalina destacam-se os Calon em tendas; e os demais municípios, assinalados em laranja, formulam o maior aglomerado, ainda sem informações da SDS-GO quanto à sua forma de habitação⁷.

Todavia, em contraste com o disposto no mapa, o trabalho de campo não confirmou a existência de famílias Rom vivendo em barracas ou tendas em Catalão, tendo encontrado somente famílias da etnia Calon. Os Rom foram identificados pelos pesquisadores de modo prolífico em Aparecida de Goiânia e Goiânia⁸. Ademais, diálogos do trabalho de campo mostraram que são recorrentes demandas das famílias ciganas pela inclusão da etnia em programas habitacionais, como o “Minha Casa, Minha Vida”, e de regularização fundiária, pleiteando a destinação de recursos para: a construção, reforma e financiamento de imóveis; a regularização de áreas ocupadas coletivamente; a infraestrutura básica em acampamentos; a garantia de inviolabilidade do domicílio e privacidade; e prever áreas públicas com infraestrutura para famílias em itinerância sazonal.

⁷ O relatório técnico da região Centro-Oeste sobre o Mapeamento de Povos Ciganos identificou famílias em acampamentos nas cidades de Itaguari e Taquaral de Goiás, não registradas oficialmente pela SDS-GO, evidenciando a subnotificação da própria secretaria (Silva e Pereira, 2025).

⁸ Há também registros da presença de famílias e pessoas ciganas do grupo Rom no município de Uruaçu, localizado no norte do estado de Goiás. Todavia, não foram realizadas visitas ou entrevistas nessa localidade. Trata-se de núcleos familiares que mantêm laços e vínculos consanguíneos com os grupos Rom residentes em Goiânia e Aparecida de Goiânia.



Mapa 4 - Quantidade de famílias residentes em Goiás conforme a Secretaria de Desenvolvimento Social, 2024.

Fonte: Mapeamento Povos Ciganos, 2025.

O mapa 5, com a síntese da pesquisa, agrega todos os dados encontrados a respeito dos ciganos de GO e DF. Na coleção de mapas, o primeiro (canto superior esquerdo), elenca os municípios visitados em campo, todos com a constatação de existirem ciganos residentes, revalidando a fonte do CadÚnico. A observação empírica reforçou que os ciganos brasileiros vivem sob diferentes contextos socioeconômicos, sendo aqueles que residem em acampamentos, sobretudo sem segurança jurídica da posse, os que apresentam maior vulnerabilidade, seja de cunho ambiental, como na ausência de saneamento básico adequado, seja por pressões sociais exógenas, principalmente derivadas de disputas territoriais causadas pela pressão do avanço de atividades agropecuárias. Nestes pontos de fricção, uma das estratégias identificadas para mantimento da segurança grupal e garantia de acesso ao emprego, à saúde e à educação foi a assimilação da cultura local, muitas vezes levando ciganos a não se autodeclararem

como tal enquanto forma de reduzir casos de preconceito e perseguição aos seus membros. Das 31 localidades observadas, em seis predominam casas próprias, sendo duas de famílias Rom, como supramencionado, do subgrupo Kalderash. A maioria das famílias Calon vivem em contexto de aluguel e não houve registro de inclusão de famílias ciganas em programas habitacionais voltados ao financiamento ou concessão de moradias próprias.

Os mapas da coleção sobre o CadÚnico e o MUNIC discorrem sobre os mesmos dados analisados anteriormente, neste caso, inferindo somente se alguma família cigana foi catalogada no município. Por toda a área de estudo o CadÚnico revela a contiguidade espacial de municípios com famílias ciganas, enquanto o MUNIC explicita apenas uma extensa “mancha” de ocupação cigana entre as regiões intermediárias de Itumbiara e suas cercanias, Goiânia e Rio Verde, com os demais municípios mais isolados uns dos outros. A SDS mostrou algumas correspondências com os municípios identificados no MUNIC, porém, com localização mais espalhada no estado de Goiás. Por sua vez, as lideranças comunitárias e a ANEC asseguraram haver ciganos em, pelo menos, 141 localidades, incluindo no DF (em Brasília e Sobradinho), com localização difusa, reforçando que muitos outros municípios ainda podem ser contemplados por averiguações *in loco* em outras pesquisas, o que pode ser providenciado com a inserção de questões direcionadas aos ciganos nos censos demográficos do IBGE, que dispõe de estrutura para uma aplicação mais completa. Ressalta-se que, conforme as lideranças, existem vastos acampamentos para além da sede municipal e perímetro urbano dos municípios, presentes também em distritos e áreas rurais.

O e-SUS e a Secretaria de Saúde - GO apresentaram conjuntamente 68 municípios que realizaram atendimentos a pessoas que se identificaram como ciganas. Embora ocorram convergências com as demais bases, há municípios que não foram contemplados nos demais levantamentos, como Itarumã e Amorinópolis. Por conseguinte, o GERPOP, que tem como pressuposto o reconhecimento das populações específicas para implementar políticas de saúde enviesadas, incluindo aos ciganos, suscitou a identificação de somente 18 municípios, contemplando apenas as regiões intermediárias de Goiânia, Itumbiara e Rio Verde, mostrando que a entidade carece de uma busca de dados mais ampla e integrada com outras secretarias estaduais e entidades federais.

Por fim, a coleção de mapas descreve os dados de alunos regularmente matriculados na educação básica da esfera pública e a população carcerária, respectivamente consultados na SEDUC-GO e SSP-GO. No que se refere à educação, há uma evidente

subnotificação dos discentes ciganos, totalizando somente 61 alunos, identificados pelo programa “Goiás Inclui”, que contempla ressignificação curricular, formação continuada de professores sobre interculturalidade e saberes ciganos e produção de materiais didáticos específicos. Os discentes estão distribuídos em sua maioria em Trindade (26), Aurilândia e Caldas Novas (11 alunos cada). Estas informações também despertam o alerta quanto à inclusão no ambiente escolar, pois a Secretaria de Educação aparenta desconhecer o aspecto étnico-racial dos estudantes ciganos, que certamente frequentam escolas em maior número. Por outro lado, é preocupante a suposição de que este número pode ser baixo devido a ciganos em idade escolar estarem alijados do direito à educação⁹. Quanto à população carcerária, há poucos registros de ciganos detidos — somente 26, distribuídos por onze municípios, o que, perante o grande número de famílias, não é significativo para sustentar qualquer estereótipo dos ciganos possuírem tendências violentas ou de desvios de conduta. Na verdade, embora também exista a possibilidade de ser um dado defasado, os ciganos possuem uma taxa de detentos consideravelmente inferior à população como um todo.

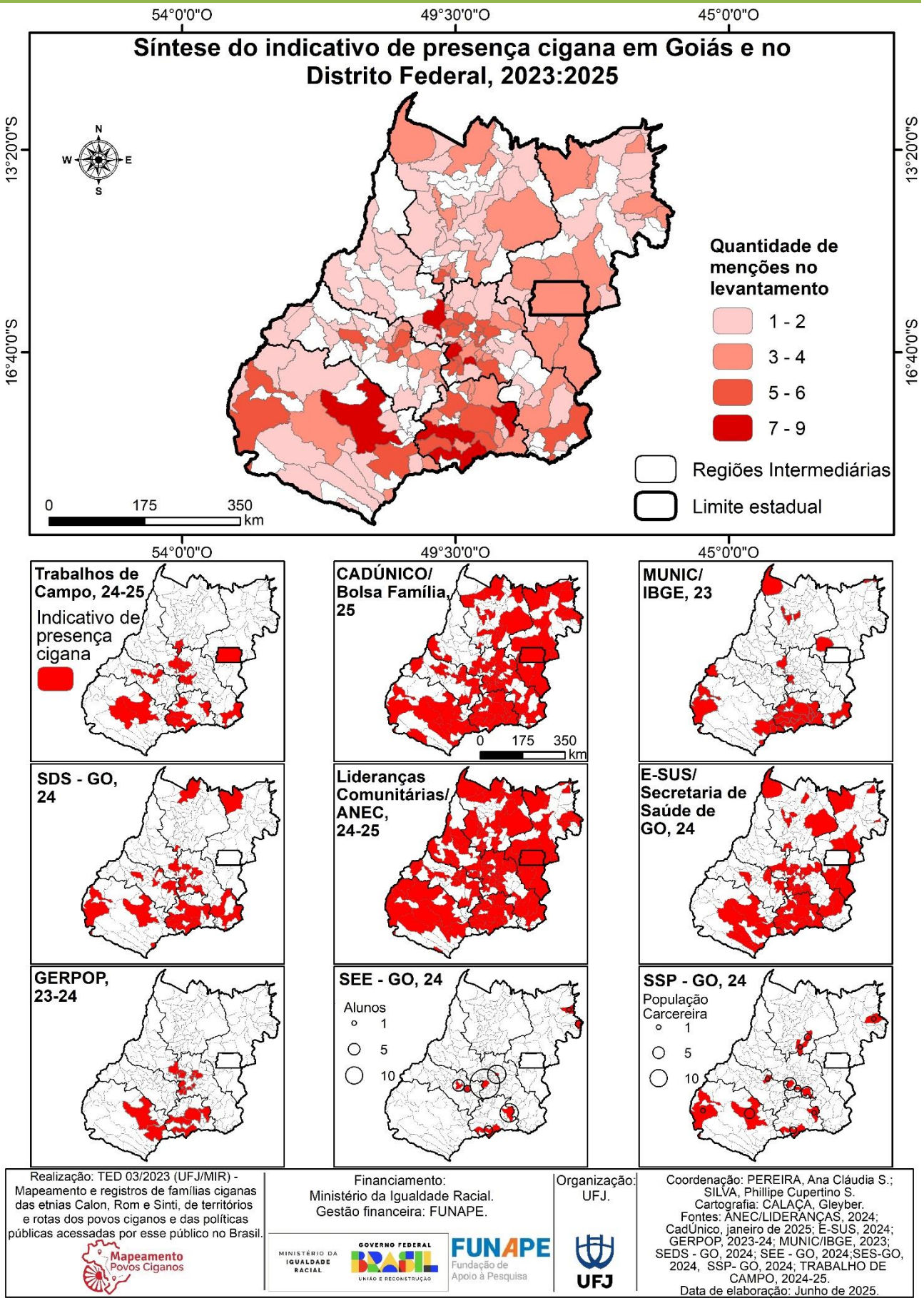
O mapa síntese do indicativo de presença cigana estabelece que os municípios mais prováveis de abrigarem ciganos sejam Itumbiara, Caldas Novas e Trindade, tríade que foi descrita em todas as nove variáveis escrutinadas e que em cada mapa reluziram as maiores quantidades. Também destacam-se os municípios de Aparecida de Goiânia, Itaberaí, Rio Verde e Goiatuba (com 7 menções) e Abadia de Goiás, Bom Jesus de Goiás, Itauçu e Pontalina (com 6 menções cada). Os territórios de maior hierarquia urbana da área de estudo, Goiânia e Brasília, tiveram 3 menções cada um, sugerindo uma tendência dos ciganos localizarem-se mais em municípios de médio ou até mesmo pequeno porte, provavelmente devido à maior disponibilidade de espaços desocupados, ideais para o acesso à moradia e terra, ainda que estejam alocados dentro do respectivo perímetro urbano municipal. Neste balanço, as regiões intermediárias com maior volume de presença cigana foram Itumbiara, Rio Verde e Goiânia, firmando maior probabilidade de se encontrar ciganos na porção centro-sul de Goiás. De toda forma, o indicativo caracterizou que existem

⁹ O relatório do mapeamento em Goiás identificou como principais desafios o analfabetismo e a baixa escolaridade entre adultos e idosos ciganos, a ampliação do acesso de jovens e adultos ao ensino superior por meio de ações afirmativas, e o enfrentamento ao bullying e ao anticiganismo no ambiente escolar, que afetam diretamente a convivência de crianças e adolescentes (Silva e Pereira, 2025). Esses achados evidenciam a insuficiência de dados da Secretaria de Educação também nessas dimensões, refletida nos poucos registros disponíveis, apesar do esforço empreendido no levantamento — situação distinta da observada em outras secretarias da região Centro-Oeste, conforme aponta o relatório. Consiste em mais uma dimensão que merece atenção específica para fins de estudo e também intervenção em políticas públicas.

ciganos em aproximadamente dois terços da área pesquisada, 167 municípios, além do perímetro distrital, postulando-se como uma das etnias mais significativas desta porção do Brasil.

O estudo, sob o ponto de vista qualitativo, evidencia que os espaços ocupados pelos povos ciganos configuram-se como territórios racializados, nos quais o marcador social da raça ainda influencia o acesso a bens essenciais na sociedade contemporânea. É fundamental, antes de tudo, reconhecer que a territorialidade dos povos e comunidades tradicionais não se restringe ao acesso à terra, nem se define apenas em termos espaciais (Guedes, 2016). Ela abrange dimensões que envolvem o trabalho, a cultura, a identidade, a memória, o meio ambiente natural, a educação, a saúde, a segurança, o direito à cidade e o acesso a equipamentos públicos, entre outros aspectos. As diferenças produzidas nas relações sociais assimétricas geram identidades que também se estruturam a partir do marcador racial e, conseqüentemente, reproduzem desigualdades — como revelam os dados da pesquisa nos campos da educação, saúde, moradia, trabalho e previdência (Silva e Pereira, 2025).

Destacam-se as possibilidades de utilização dos dados provenientes do mapeamento para aprofundar a compreensão sobre as produções sociais das diferenças, a partir do diálogo com múltiplos campos do conhecimento. Nos estudos ciganos/romani, é imprescindível a interlocução com áreas como a Antropologia, as Ciências Sociais, Políticas e Humanas em geral. Não se trata de colocar a cultura no centro do debate em um sentido essencializado, interpretando dados e aspectos comuns à realidade dos povos ciganos como traços inerentes ou fixos de sua cultura. Pelo contrário, propõe-se que os estudos — técnicos e/ou acadêmicos — partam do marcador social da raça como elemento analítico central, articulado a outros marcadores (como gênero, sexo e classe), de modo a compreender como as contradições e desigualdades sociais se estabelecem.



Mapa 5 - Síntese do indicativo de presença cigana em Goiás e no Distrito Federal, 2023:2025.
Fonte: Mapeamento Povos Ciganos, 2025.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, de caráter exploratório, buscou assinalar cartograficamente municípios com presença cigana em Goiás, abarcando o perímetro distrital. Diante da desagregação de dados a respeito desta etnia, variadas fontes secundárias foram verificadas, havendo, também, trabalhos de campo que responderam aos objetivos do projeto a nível nacional. Constatou-se que a abrangência e a profundidade do conhecimento institucional sobre a presença de famílias ciganas em determinadas localidades se revelam insuficientes. Nos entes federativos analisados, as secretarias estaduais e distritais apresentaram estimativas substancialmente inferiores à realidade constatada pela pesquisa, seja no contraste das fontes (sobretudo com o CadÚnico) ou a partir dos trabalhos de campo, evidenciando fragilidades nos mecanismos de identificação, registro e monitoramento dessas comunidades. Isto gera repercussões diretas na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas aos ciganos, pois a invisibilidade do grupo leva ao consequente desconhecimento por parte do poder público.

Assim, este artigo responde, primordialmente, à urgente necessidade de criação de uma base única de dados sobre os ciganos, entendendo tais informações disponíveis atualmente enquanto complementares, não definitivas e com padrões espaciais distintos, munidas de sentido somente se agregadas umas às outras. Diante da subnotificação nas catalogações estatais e da pouca aderência da pauta cigana em perspectiva institucional, somadas a dispersão dos ciganos no território brasileiro e sua expressiva quantidade de membros autodeclarados, o meio pelo o qual esta população poderia ser melhor identificada seria com a sua inserção no censo do IBGE. Na dimensão cartográfica, a realização do sugerido esforço permitiria a sobreposição de camadas no mapa descrevendo a realidade cigana de modo mais certo, como, por exemplo, da situação das moradias quanto à infraestrutura e saneamento, e indicadores socioeconômicos dos moradores, como renda, escolaridade e tantos outros.

Os dados indicam uma vivência ativa das comunidades ciganas em todas as regiões intermediárias de Goiás e no Distrito Federal. Constatou-se que a concentração de grupos ciganos em Goiás ocorre principalmente nos municípios de Itumbiara, Caldas Novas e Trindade, além de uma presença expressiva no Distrito Federal. Na maioria das vezes, esses espaços configuram-se como territórios racializados — contextos de vida nos quais muitas famílias e comunidades ciganas enfrentam desigualdades no acesso a bens essenciais (como saúde, trabalho, educação, cultura, segurança, previdência, moradia e

territorialidade) — em que o marcador social da raça, combinado a outros fatores, atravessa a relação desses povos com a vida em sociedade.

Espera-se que este artigo estimule novas pesquisas de caráter espacial sobre os povos ciganos, especialmente nas demais unidades da federação. Outra possibilidade de continuidade, dentro da mesma linha proposta neste estudo, encontra-se no material coletado no trabalho matriz, que ainda pode ser explorado em investigações sobre acampamentos específicos, rotas ciganas ou na identificação de dispositivos legais voltados aos povos ciganos.

AGRADECIMENTOS

Registram-se os agradecimentos ao Ministério da Igualdade Racial, fomentador da pesquisa, à Universidade Federal de Jataí pela execução da pesquisa na região centro-oeste, e à FUNAPE, gestora financeira do projeto.

REFERÊNCIAS

AMARAL JUNIOR, J. C. do; CORDEIRO, S. M. A. Os ciganos ainda estão na estrada? Política pública, público especial e extensão rural. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 11, n. 1, p. 1-16, 2025.

CEARÁ. Secretaria do Desenvolvimento Agrário. **Lançado edital de mapeamento das comunidades ciganas no Ceará**. Fortaleza: SDA, 8 out. 2020. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/2020/10/08/lancado-edital-de-mapeamento-das-comunidades-ciganas-no-ceara/>. Acesso em: 6 set. 2025.

FOTTA, M. “On ne peut plus parcourir le monde comme avant”: au-delà de la dichotomie nomadisme/sédentarité. **Brésil(s) – Sciences humaines et sociales**, n. 2, p. 11-36, 2012.

GOLDFARB, M. P. L. **Memória e etnicidade entre os Ciganos Calon em Sousa-PB**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. 222p.

GUEDES, A. D. Lutas por terra e território, desterritorialização e território como forma social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 1, p. 23-39, 2016.

LOPEZ, A. S. Q.; COSTA NETO, J. R.; LOPATIUK, C. E.; PRATES, J. V. A.; EUGÊNIO, A. P.; BARBOSA, T. M. S.; ORSO, L. F.; LOPATIUK, C. Saúde coletiva e populações tradicionais: o cuidado em saúde para povos ciganos no Brasil. **Lumen Et Virtus**, v. 16, n. 47, p. 3126-3137, 2025.

MARQUES, I. S. Povos ciganos, povo silenciado: desafios e possibilidades do serviço social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. 16., 2018, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2019. p. 1-14.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Povos ciganos/Romani**. (S/A). Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MOONEN, F. **Anticiganismo**: os ciganos na Europa e no Brasil. 3. ed. Recife: [s/e], 2011. 228p.

NASCIMENTO, J. F. do. Povos ciganos e direito à educação no Brasil: marcos legais, invisibilidade e desafios da inclusão escolar. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 7, p. 1-16, 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. **Povos ciganos e Cadastro Único no RN**. Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (COGESUAS), Coordenadoria de Estudos e Projetos (COEP), set. 2020. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br>. Acesso em: 6 set. 2025.

SILVA, P. C. S.; FIGUEIRA, L. E. A luta pelos direitos ciganos no Senado Federal / The struggle for gypsy rights in the Federal Senate. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 1, p. 312–341, 2022.

SILVA, P. C. S.; PEREIRA, A. C. **Relatório técnico**: mapeamento e registro de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, e das políticas públicas acessadas por esse público na Região Centro-Oeste. Jataí: UFJ, 2005.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: HALL, S.; SILVA, T. T. (orgs). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 73-102.

TEIXEIRA, R. C. **História dos ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008. 127p.

TEIXEIRA, R. C. Por uma história dos ciganos no Brasil: políticas anti-ciganas e vivências libertárias. In: GOLDFARB, M. P. L.; TOYANSK, M.; OLIVEIRA, L. (orgs). **Ciganos**: olhares e perspectivas. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 337-350.

VASCONCELOS, M.; RIBEIRO, J.; COSTA, E. **Dados oficiais sobre os povos Romani (ciganos) no Brasil**. Brasília: AMSK, 2013. 30p.

Recebido: 30/06/2025

Aceito: 17/10/2025